Associação Arte Despertar

Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2014 e relatório dos auditores independentes

Parker Randall Brasil

Associação Arte Despertar

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 2

Demonstrações financeiras auditadas para o período findo em 31 de dezembro de 2014

Balanço patrimonial 4
Demonstração do resultado 6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 7
Demonstração dos fluxos de caixa 8
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras 9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores
Associação Arte Despertar

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Arte Despertar ("Associação") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Associação Arte Despertar é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Associação Arte Despertar para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Associação Arte Despertar. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Arte Despertar em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC T 19.41).

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado 30 de abril de 2014, sem modificação em sua opinião.

São Paulo, 20 de março de 2015.

Parker Randall Brasil
Auditores Independentes - CRC 2SP024549/O-8

Antonio Cocurullo
Sócio Técnico Responsável
CRC-SP 1SP-165.068/O-8
Registro CVM: 1.212-2

ASSOCIAÇÃO ARTE DESPERTAR

Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2014
(Em Reais)

Ativo	Notas	2014	2013
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3		
Recursos sem Restrição		98.450	14.423
Recursos com Restrição		1.112.671	1.091.089
Títulos e valores mobiliários	4		
Recursos sem Restrição		1.384.117	1.274.430
Valores a receber			
Outros créditos		1.666	1.513
Total do ativo circulante		**2.596.904**	**2.381.455**
Não circulante			
Imobilizado	5	10.882	13.178
Intangível	6	350	597
Total do ativo não circulante		**11.232**	**13.775**
Total do Ativo		**2.608.136**	**2.395.230**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO ARTE DESPERTAR

Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2014
(Em Reais)

Passivo e patrimônio líquido	Notas	2014	2013
Circulante			
Salários e encargos sociais	7	32.716	48.299
Obrigações tributárias		204	11
Recursos a aplicar	8	1.102.644	1.091.089
Outras contas a pagar		15.193	554
Total do passivo circulante		**1.150.757**	**1.139.953**
Patrimônio Líquido	9		
Fundo Patrimonial		1.000.000	1.000.000
Superávit acumulado		457.379	255.277
Total do patrimônio líquido		**1.457.379**	**1.255.277**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.608.136**	**2.395.230**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO ARTE DESPERTAR

Demonstração do Resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014
(Em Reais)

	Notas	2014	2013
Receitas operacionais			
Com Restrição			
Convênios		121.442	199.889
Lei Federal e Estadual de incentivo à cultura		1.136.281	398.841
Receitas Financeiras		61.606	10.210
		1.319.329	**608.940**
Sem Restrição			
Recursos próprios		354.208	557.085
Vendas de serviços		-	1.297
Receitas financeiras		143.214	65.738
Receita de serviço voluntário	11	393.630	378.740
		891.052	**1.002.860**
Total das receitas operacionais		**2.210.381**	**1.611.800**
Custos na execução dos projetos	14	**(1.319.290)**	**(601.005)**
Resultado Bruto		**891.091**	**1.010.795**
Despesas Operacionais			
Despesas gerais administrativas		(295.359)	(598.315)
Despesas com serviço voluntário	11	(393.630)	(378.740)
	13	**(688.989)**	**(977.055)**
Superávit do exercício		**202.102**	**33.740**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO ARTE DESPERTAR

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014
(Em Reais)

	Fundo patrimonial	Superávit acumulados	Patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2012	**1.000.000**	**221.537**	**1.221.537**
Superávit do exercício		33.740	33.740
Em 31 de dezembro de 2013	1.000.000	255.277	1.255.277
Superávit do exercício		202.102	202.102
Em 31 de dezembro de 2014	**1.000.000**	**457.379**	**1.457.379**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO ARTE DESPERTAR

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014
(Em Reais)

	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do período	**202.102**	**33.740**
Ajustes:		
Depreciação e amortização	4.596	5.657
	206.698	**39.397**
Variações nos ativos e passivos		
Outros créditos	-	5.430
Despesas antecipadas	(115)	7.476
Impostos a recuperar	(39)	-
Títulos e valores mobiliários	(109.687)	(60.649)
Recursos a aplicar	11.556	790.418
Provisões	(7.395)	(9.654)
Obrigações tributárias	(7.994)	(1.046)
Outras contas a pagar	14.638	(3.686)
Caixa líquido originado das atividades operacionais	**(99.036)**	**728.289**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de itens do ativo imobilizado e intangível	(2.053)	(434)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(2.053)**	**(434)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**105.609**	**767.252**
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	1.105.512	338.260
Saldo no final do exercício	1.211.121	1.105.512
Aumento de caixa e equivalentes de caixa durante o exercício	**105.609**	**767.252**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Associação Arte Despertar (a "Associação"), constituída em 15 de janeiro de 1998, é uma associação civil, de direito privado e sem fins lucrativos, regida pelo estatuto social e por legislação específica com sede no município de São Paulo. Tem por objetivo prestar assistência a indivíduos e comunidades, por meio de ações arte-educativas, culturais, sócio assistenciais, de inclusão sociocultural e de humanização, explorando o conhecimento das linguagens artísticas (como música, artes visuais, literatura e artes cênicas). Todas as rendas, recursos e eventual resultado operacional, são aplicados integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

A Associação possui diversos títulos e certificados, sendo que os principais são:

- Conselho Estadual de Assistência Social – Inscrição nº 0519/2001;
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Inscrição nº 838/1999, renovação bienal, validade até 02 de setembro 2015;
- Utilidade Pública Federal – Portaria nº 1.160 de 20/12/2001, renovação anual, validade até 30 de setembro 2015;
- Utilidade Pública Estadual – Decreto nº 47.042 de 30/08/2002, renovação anual, validade até 16 de abril de 2015;
- Utilidade Pública Municipal – Decreto nº 38.669 de 12/11/1999, renovação trienal, validade até 07 de janeiro de 2017;
- Reconhecimento de Instituição Cultural, expedido pela Secretaria do Estado da Cultura do Governo de São Paulo, renovação anual, validade até 22 de maio de 2015.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada e aprovada pela assembleia geral da Associação em 25 de março de 2015.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 – "Entidades sem Finalidade de Lucros", combinada com a NBCTG 1000 (CPC PME) – "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas". Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e instrumentos financeiros ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as referidas normas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Associação no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.2 Descrição das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

2.2.1 Apuração do resultado do exercício

2.2.1.1 Receitas operacionais

As receitas operacionais são classificadas entre receita com restrição, as quais são vinculadas a projetos e receita sem restrição, sem vinculação a projetos.

Receitas com restrição:

- Convênios - compreendem aos repasses de recursos públicos
- Lei federal e estadual de incentivo à cultura - compreendem as doações para projetos com incentivos fiscais da Lei Rouanet e ProAC.
- Recursos de terceiros - compreendem as doações para projetos específicos.

Receitas sem restrição:

- Recursos Próprios - compreendem as doações dos associados, doações de pessoa física e jurídica não vinculada a projetos.

2.2.1.2 Reconhecimento de receita com doações

As receitas de recursos próprios são reconhecidas quando do efetivo recebimento, enquanto que as demais receitas são reconhecidas à medida que os custos e despesas a serem por elas cobertos são incorridos.

2.2.1.3 Reconhecimento de receita financeira

A receita financeira é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva.

2.2.1.4 Reconhecimento das despesas

As despesas são registradas à medida que incorridas pelo regime de competência.

2.2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.2.3 Títulos e valores mobiliários

Títulos e valores mobiliários são instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações da alocação dos rendimentos são apresentados na demonstração do resultado como "Receitas financeiras" no período em que ocorrem.

2.2.4 Demais contas do ativo circulante

São apresentadas ao valor de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

2.2.5 Ativo imobilizado e intangível

Demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação ou amortização e de qualquer perda não recuperável acumulada. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear, às taxas anuais mencionadas nas Notas 5 e 6.

2.2.6 Provisões para perdas pelo valor recuperável (imobilizado e intangível)

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável, o valor contábil do ativo é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável.

Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos as despesas de venda, e o seu valor em uso.

2.2.7 Passivo circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

2.2.8 Recursos a aplicar

Demonstrados por valores recebidos de doações de pessoas físicas e/ou jurídicas, a serem aplicados em projetos ao longo dos exercícios subsequentes.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Sem Restrição		
Recursos próprios	98.450	14.423
Com Restrição (*)		
Convênios		60
Lei federal e Estadual de incentivo à cultura	1.112.671	1.091.029
	1.211.121	**1.105.512**

(*) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, a Associação recebeu doações (recursos captados) de pessoas físicas e/ou jurídicas, a serem aplicados em projetos ao longo dos exercícios subsequentes. Tais saldos foram mantidos no ativo em contrapartida no passivo na rubrica "Recursos a aplicar".

A Associação mantém em aplicação financeira parte dos recursos disponíveis para utilização em seus projetos R$ 1.052.130 em 2014 (R$ 518.709 em 2013). As aplicações financeiras referem-se à poupança e aos fundos de investimento de curto prazo (renda Fixa) cujas remunerações são equivalentes às taxas dos Certificados de Depósito Interbancário.

4. Títulos e valores mobiliários

Os saldos alocados na rubrica de Títulos e valores mobiliários correspondem à doação para constituição do fundo patrimonial ocorrida no exercício de 2009, acrescida dos rendimentos no exercício menos os rendimentos que foram utilizados pela Associação no exercício.

	2014	2013
Fundos de renda fixa (Itaú Pri RF Inflatio)	179.257	158.663
Títulos públicos e privados (Itaú Private Bank)	1.204.816	1.115.741
Outros	44	26
	1.384.117	**1.274.430**

Títulos públicos e privados referem-se a debêntures compromissadas com rendimento equivalentes às taxas dos Certificados de Depósito Interbancário.

5. Imobilizado

O saldo corresponde aos valores registrados como Ativo Imobilizado da Associação, decorrente da evolução patrimonial histórica dos bens da instituição, destinados à sua estrutura de operação dentro dos seus objetivos, tendo a seguinte posição de saldos no balanço:

		2.014			2.013
	Vida útil (em anos)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	-	2.030	(2.030)	-	-
Móveis e utensílios	10	27.301	(23.047)	4.254	2.689
Computadores e periféricos	5	48.220	(41.592)	6.628	10.489
		77.551	**(66.669)**	**10.882**	**13.178**

Movimentação dos períodos:

	2.014	2.013
Saldo no início do exercício	**13.178**	**18.144**
Adições:		
Computadores e periféricos	2.053	434
Total de adições	2.053	434
Depreciação	(4.349)	(5.400)
Saldo no fim do exercício	**10.882**	**13.178**

6. intangível

				2.104	2.103
	Vida útil (em anos)	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software	5	4.791	(4.441)	350	597
		4.791	**(4.441)**	**350**	**597**

7. Salários e encargos sociais

	2014	2013
Encargos a recolher	2.186	10.373
Férias a pagar	30.530	37.926
	32.716	**48.299**

8. Recursos a aplicar

Ao longo do exercício de 2014, a Associação recebeu recursos de pessoas físicas e/ou jurídicas, a serem aplicados em projetos ao longo dos exercícios subsequentes. Tais saldos são mantidos no passivo na rubrica "Recursos a aplicar".

	2014	2013
Promovendo Cultura nos Hospitais - Pronac 13 7668	-	987.518
Multiplicando Arte no GRAACC e no Incor - ProAC SC 1452225/2012	-	103.511
Arte e Cultura para Crianças e Adolescentes dos CCAs	-	60
Promovendo Cultura nos Hospitais – Pronac 14 5289	1.102.644	-
	1.102.644	**1.091.089**

9. Patrimônio Líquido

O patrimônio social da Associação é constituído por doações, subvenções e contribuições de entidades públicas e particulares, pessoas físicas ou jurídicas, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício e doação para constituição de fundo patrimonial.

No exercício 2009, a Associação recebeu doação no montante de R$1.000.000, tendo sido tal valor utilizado na constituição de fundo patrimonial que apresenta as seguintes características:

- Com aprovação da diretoria, até 30% do valor pode ser aplicado em até três projetos (no máximo 10% para cada projeto).
- O restante do valor não deve ser utilizado.
- Seu rendimento pode ser utilizado nas despesas de custeio da Associação.

10. Instrumentos financeiros

	2014	2013
Ativos financeiros		
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	1.211.121	1.105.512
Ativos financeiros mensurados valor justo		
Títulos e valores mobiliários	1.384.117	1.274.430
	2.595.238	**2.379.942**
Passivos financeiros		
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Outras contas a pagar	15.193	554
	15.193	**554**

O risco de crédito decorre principalmente dos recursos em caixa e equivalente de caixa e título e valores mobiliários. Nestes casos são aceitos somente títulos de entidades independentes classificados com *rating mínimo* "A" oferendo baixo risco de perdas do valor aplicado ou rendimento ao longo da aplicação.

11. Serviços voluntários

Conforme determinado pela ITG 2002, para efeito de cumprimento à Resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a Associação identificou e mensurou todo o valor de serviço voluntário recebido durante os exercícios de 2014 e de 2013.

Os valores de serviços voluntários foram reconhecidos com base em valores de mercado correspondentes para diretor-presidente, diretores e conselheiros e pelo valor justo da prestação de serviços para assessoria jurídica *pro bono*, estando assim sumarizados:

	2014	2013
Assessoria jurídica *pro bono*	36.000	43.150
Diretor Presidente	324.312	305.954
Diretores e conselheiros	33.318	29.636
	393.630	**378.740**

Nenhum dos valores acima teve o desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecidos, em 2013 e 2014, como receita e despesa operacional na demonstração do resultado, em montantes iguais, sem efeito no superávit do exercício.

12. Aspectos relacionados a impostos e contribuições ou enquadramento tributário

12.1 Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSSL)

De acordo com os artigos 150 e 195 § 7° da Constituição Federal e do artigo 15 da Lei no 9.532/97, a Associação é isenta de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL).

12.2 Programa para Integração Social (PIS)

Conforme disposto no inciso IV do artigo 13° da Medida Provisória no 2.158/35 de 24 de agosto de 2001, a Associação somente está sujeita ao recolhimento da contribuição social para o Programa de Integração Social (PIS) calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1%.

12.3 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Conforme o disposto nos artigos de 1° a 8° da Lei nº 10.833 de 2003, regime não cumulativo, e ainda conforme o estabelecido no inciso "X" do artigo 14 da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24 de agosto de 2001, não há incidência da COFINS sobre as receitas relativas às atividades próprias da Associação, ou seja, as receitas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

12.4 Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer bens e direitos (ITCMD)

Conforme Declaração de Isenção concedida pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo em cumprimento à Portaria CAT n° 15, de 6 de fevereiro de 2003, a Associação é isenta ao recolhimento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos (ITCMD) regulamentado pelo Decreto no 46.655, de 1° de abril de 2002.

12.5 Imposto sobre serviços (ISS)

Conforme deferimento publicado em Diário Oficial da Cidade de São Paulo de 14 de fevereiro de 2015, a Associação é imune ao recolhimento do Imposto Sobre Serviços (ISS) para os serviços enquadrados nos códigos 05762 e 03751.

12.6 Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)

A Associação não usufruiu de qualquer tipo de isenção de contribuições previdenciárias, notadamente ao INSS e SAT, no decorrer do ano de 2014.

12.7 Valores de renúncia fiscal

Em atendimento a ITG 2002 – entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC no. 1.409/12, a Associação apresenta a seguir o montante de renúncia fiscal apurada no exercício de findo em 2014, caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e

contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que se trata de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Associação não ter a obrigação de possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

	2.014	2.013
ISS (5% s/prestação de serviços)	62.886	29.936
IR e CS (34% s/superávit do exercício)	68.715	11.472
PIS / COFINS (1,65% / 7,60% s/prestação de serviços)	116.339	55.383
ITCMD	-	36.674
	247.940	**133.465**

13. Despesas e custos por natureza

Descrição	**2014**	**2013**
Despesas com pessoal	1.296.474	976.000
Depreciação e amortização	4.596	5.657
Comunicação	98.156	44.554
Honorários contábeis, jurídicos e auditoria	45.753	37.098
Aluguéis e condomínios	68.360	65.790
Telefone, energia elétrica e outros insumos	33.741	25.434
Impostos e taxas	20.237	13.284
Outras despesas	47.332	31.501
Serviços voluntários	393.630	378.740
Total das despesas e custos	**2.008.279**	**1.578.060**

Despesas operacionais	688.989	977.055
Custos na execução dos projetos	1.319.290	601.005
Total das despesas e custos	**2.008.279**	**1.578.060**

14. Projetos

Todos os serviços da Associação prestados são gratuitos, os custos incorridos na prestação desses serviços podem ser assim demonstrados:

Descrição	2014	2013
Humanização na Saúde com Arte e Cultura - Pronac 10 7053	-	13.726
Multiplicando Arte e Cultura no Instituto do Coração - Pronac 11 8096	-	172.461
Tecnologia Social com Arte e Cultura - Pronac 11 7587	-	102.379
A Contação de Histórias e a Humanização Hospitalar – Pronac 11 9201	-	56.567
Arte e Cultura para Crianças e Adolescentes dos CCAs	121.442	200.267
Multiplicando Arte no GRAACC e no Incor - ProAC SC 1452225/2012	153.181	55.605
Promovendo Cultura nos Hospitais - Pronac 13 7668	1.042.989	-
Promovendo Cultura nos Hospitais - Pronac 14 5289	1.678	-
	1.319.290	**601.005**

15. Seguros

Os seguros são contratados por valores considerados suficientes pela Associação para cobrir eventuais riscos e perdas sobre os ativos. Em 31 de dezembro de 2014, a Associação possui apólice contra incêndio, explosão, fumaça e vendaval com cobertura de R$ 350.000.

16. Contingências e prescrições

Os registros contábeis e as operações da entidade estão sujeitos a exames das autoridades fiscais e previdenciárias e as eventuais notificações para os recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação aplicável.

Adicionalmente, de acordo com a legislação vigente, as operações da entidade estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais pelo prazo de cinco anos, com referência aos tributos (INSS, IRRF, ISS, PIS, COFINS, entre outros). Como decorrência destas revisões, transações e recolhimentos poderão ser questionadas, ficando os valores identificados sujeitos a multas, juros e atualizações monetárias de natureza fiscal e previdenciária estão, também, sujeitos à revisão por diferentes períodos prescricionais.

__**__